



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.

COMISSÃO DE EMPRESA - VIA DE REFLEXÃO E RESISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DE EMPRESA

COMPANY COMMISSION - SPACE OF PROFESSIONAL INTERLUCTION AND
RESISTANCE

Maria Elizabeth Salvador¹
Dácia Cristina Teles Costa²
Márcia Regina Botão Gomes³

Resumo: Este artigo apresenta síntese dos debates sobre atuação profissional realizados numa oficina organizada pela Comissão Temática de Empresa do Conselho Regional de Serviço Social (x). Esta comissão tem sido um espaço de interlocução entre assistentes sociais de empresa e da área acadêmica, que discutem e refletem sobre o exercício profissional na sociedade capitalista e no atual contexto societário.

Palavras-chave: Serviço Social, Empresa, Trabalho.

Abstract: This article presents a synthesis of the debates about professional activity carried out in a workshop organized by the Thematic Commission on Business of the Regional Social Service Council. This committee has been a space for dialogue between social workers in the company and in the academic field, who discuss and reflect on professional practice in capitalist society and in the current societal context.

Keywords: Social Work, Company, Work.

Introdução

O espaço sócio-ocupacional das empresas apresenta múltiplos desafios para o Serviço Social, sobretudo, num contexto de inflexões e exacerbação das formas de exploração postas no mundo do trabalho e, conseqüentemente, para o modo de viver dos trabalhadores. Essa é uma profissão que tem conseguido se constituir como um referencial nas lutas e resistências para reivindicação e garantia de direitos no âmbito institucional. Mesmo sendo um campo histórico da atuação de assistentes sociais, há poucas produções que discutem e analisam esse espaço de trabalho, expressado no reduzido número de publicações existentes. Por outro lado, cabe assinalar que, mesmo com essa restrição, desde

¹ Professor com formação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: <mrbotao@yahoo.com.br>.

² Profissional de Serviço Social. Conselho Regional de Serviço Social. E-mail: <mrbotao@yahoo.com.br>.

³ Professor com formação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica. E-mail: <mrbotao@yahoo.com.br>.

a década de 1980, foi publicado um conjunto de textos relevante, logo, o desafio atual é a ampliação com manutenção da qualidade de pesquisas e produções sobre essa área.

O Conselho Regional de Serviço Social - CRESS também exerce um papel formativo e tem contribuído com o debate sobre o trabalho de assistentes sociais nos diferentes campos profissionais, tais como saúde, educação, assistência social, sociojurídico. Em 2012, como forma de responder a reivindicação de um grupo de trabalhadoras que passou a se reunir e ocupar o espaço do Conselho em 2011, o CRESS constituiu a comissão temática de empresa, que, desde então, é formada por profissionais que trabalham em organizações públicas e privadas, contando também com a participação de estudantes de cursos de graduação e pós-graduação. O objetivo da Comissão, como espaço coletivo e plural, é debater conteúdos relacionados ao trabalho em empresa, por exemplo, saúde do trabalhador, recursos humanos, benefícios, responsabilidade social e ambiental, além de temas transversais ao cotidiano do trabalho profissional em diferentes campos – autonomia, sigilo, demandas institucionais e profissionais, dentre outros.

Nos debates sobre a contribuição do Serviço Social, suas possibilidades e limites de atuação em empresas, consideram-se a amplitude e a complexidade que se relacionam com o fazer profissional e as contradições vivenciadas no cotidiano de um trabalho realizado no atual contexto sob o modo de produção capitalista. Essa dimensão é articulada às particularidades da área empresarial e aos processos de reestruturação produtiva, conjuntura política e econômica do cenário internacional e nacional, o reordenamento papel do Estado, diante da hegemonia do capital financeiro e outros temas que são postos por esse coletivo.

Como forma de organização, a Comissão Temática de Empresa do CRESS (X) mantém encontros periódicos na sede do conselho e realizou desde a sua criação cinco seminários de âmbito estadual, todos com ampla adesão e participação de assistentes sociais do município do Rio de Janeiro e de outras quinze cidades, tanto da Região Metropolitana quanto do interior do estado e também de outras unidades federativas, demonstrando a demanda por debates que perpassam o cotidiano do trabalho dos assistentes sociais em empresas.

O último seminário estadual foi realizado em dezembro de 2016, tendo sido planejado com um formato diferente dos anteriores. Assim, o evento foi

organizado em dois momentos: o primeiro foi constituído por uma mesa seguida de debate com o tema “*Conjuntura e cotidiano do Serviço Social de empresas*” e de uma oficina em que as participantes foram estimuladas a discorrer sobre o papel do Serviço Social em empresas a partir de perguntas norteadoras que estimulavam o debate. Essa dinâmica mais participativa foi coordenada de modo integrado por representantes do CRESS e por docentes de graduação, pós-graduação e profissionais que trabalham na área, sendo considerado pelas presentes como um momento estratégico que proporcionou reflexão teórica e prática e trocas de experiências, por isso, avaliado pelo grupo que seria necessário compartilhar o conhecimento ali produzido. Este evento contou somente com a participação de mulheres, por isso, será adotada a linguagem exclusivamente feminina no que se refere ao grupo e sua produção.

O artigo destaca algumas reflexões a partir das questões suscitadas nessa oficina, cujos objetivos eram: i) Estimular ao debate teórico-prático sobre o Serviço Social em empresas; ii) destacar a importância do Serviço Social para a classe trabalhadora atendida no local de trabalho; iii) Valorizar e dar visibilidade a essa fatia de mercado que permanece contratando assistentes sociais; iv) Contribuir para a qualificação do trabalho profissional; e v) Fortalecer o debate coletivo, visto que um dos principais desafios atuais se encontra no isolamento fragmentador da classe trabalhadora.

O formato de oficina foi escolhido por ser uma metodologia de trabalho que prevê trocas e interação de saberes entre as participantes, estimula a horizontalidade no grupo, onde as pessoas aprendem fazendo umas com as outras. Para tal, foram formuladas e apresentadas num quadro duas questões para nortear o diálogo: “Qual é o *papel do Serviço Social na área empresarial hoje*”? “*Quais são os limites e possibilidades para a atuação profissional no cotidiano do trabalho*”? Esse momento participativo foi registrado no formato de relatório e será compartilhado neste texto através de uma síntese expositiva constituída de elementos que necessitam reflexões e, que, propiciaram um intenso debate.

Para melhor explicitar essa experiência, a exposição do conteúdo foi disposta em três partes: síntese sobre o papel de assistentes social em empresas; os principais limites e as possibilidades que foram apresentadas pelas profissionais.

Breve síntese teórica sobre o serviço social em empresas

O trabalho de assistentes sociais em empresas em linhas gerais não se difere do trabalho do Serviço Social nos demais campos do mercado de trabalho, embora possua particularidades que necessitam ser consideradas como ocorre em todo e qualquer espaço socio-ocupacional. Ao longo dos anos de existência da profissão, algumas pesquisadoras se debruçaram sobre essa temática, dentre elas destacam-se Freire (1998, 2010), Cesar (1998, 2010), Mota (1991), Mota e Amaral (1998), Botão Gomes (2010, 2015a, 2015b), Giampaoli (2012), Cardoso e Francisco (1998), Doherty (2015), dentre outras.

Nessas produções é recorrente a afirmação sobre as mudanças da sociedade capitalista que afeta direta e indiretamente o trabalho profissional num ritmo acelerado, como são as requisições e demandas para as(os) profissionais. Com isso, é um trabalho em constante mutação onde são iniciadas muitas modalidades de atuação que influenciam outros campos do exercício profissional, portanto, é uma área profissional que requer mais debates, estudos e pesquisas.

Como em outros campos, o Serviço Social nas empresas se coloca como uma necessidade social repleta de contradições do modo de produção capitalista. Aproximar-se da área empresarial permite desvendar suas incidências e conformações no exercício profissional, sendo necessário, relacionar as particularidades identificadas neste campo com os demais espaços de trabalho profissional, pois há os aspectos comuns e as vinculações com a totalidade social.

Sendo o trabalho profissional polarizado pelas lutas de classe, o Serviço Social também participa do processo social, reproduzindo as contradições próprias da sociedade capitalista, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades pelas quais é chamado a reforçar as condições de dominação. Se, de um lado o profissional é solicitado a responder às exigências do capital, de outro, participa, ainda que subordinadamente, das respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013).

Em síntese, o trabalho profissional desenvolvido por assistentes sociais em empresas possui particularidades, mas também se realiza com dilemas e

contradições semelhantes a outros espaços socio-ocupacionais, pois estamos falando de um trabalho remunerado, organizado nos limites do capitalismo, nos quais sua requisição se dá pelo conhecimento que possibilita análise crítica e atendimento de situações que no contexto organizacional são facilmente denominadas como problemas, mas que são expressões da “*questão social*” na vida objetiva e subjetiva dos trabalhadores.

Na oficina realizada em dezembro de 2016, a partir do trabalho que realizam na estrutura das organizações, as participantes destacaram como principais papéis e atribuições realizadas: 1) Intermediação de conflitos entre capital-trabalho; 2) Busca de garantia de direitos dos trabalhadores, através de políticas públicas ou do conjunto de serviços oferecidos pelas empresas contratantes; 3) Atuação para a melhoria da saúde e qualidade de vida dos trabalhadores; 4) Melhoria no ambiente de trabalho; 5) Negociação de demandas de interesse dos trabalhadores interferindo nas normas e processos institucionais; 6) Auxílio na organização de reivindicação da classe trabalhadora para o enfrentamento de diferentes expressões da “*questão social*”. Segundo o relato desse grupo, as atividades profissionais da(do) assistente social ainda se concentram em orientações e encaminhamentos de trabalhadores para diferentes serviços e realização de programas e projetos. Na percepção delas, isso contrasta com o fato de que o Serviço Social nas empresas adquiriu na atualidade alguns formatos aparentemente inovadores, tais como: trabalho terceirizado, serviço de ouvidoria e as consultorias internas ou externas.

Esse dado não pode ser generalizado, pois as profissionais da oficina com um número aproximado de 30 integrantes eram na maioria trabalhadoras de empresas com vínculo de trabalho com tempo indeterminado e com prestação de serviço interno. Para essas profissionais, as atividades têm sido realizadas diante de alguns desafios que serão apresentados sinteticamente no próximo tópico⁴.

⁴ As dificuldades apresentadas, neste artigo, não refletem a realidade de assistentes sociais que trabalham nas chamadas “consultorias externas”, que apresentam características mais agudas dos processos de precarização do trabalho.

Limites para o trabalho destacados pelas assistentes sociais participantes da oficina

Ao longo do debate, as participantes perceberam limites que foram organizados em dois grupos no momento da realização da oficina. O primeiro, referente aos elementos estruturais e conjunturais próprios do capitalismo que incidem nas profissões de um modo geral e o Serviço Social, não é exclusivo, tampouco alheio a esse processo. E o segundo, quase como um desdobramento do primeiro, se refere às incidências da atual conjuntura na dimensão ético e política da profissão.

Segundo Netto (2012), o capitalismo no século XXI tem dado provas de menosprezo pelas formas de civilização democráticas com base em direitos sociais, ao contrário, amplia formas de barbárie para garantia da maximização dos lucros e acumulação capitalista, expressas principalmente nas políticas sociais minimalistas do Estado, forte investimento na área econômica e o frequente uso do militarismo.

Nesse cenário, as(os) assistentes sociais encontram-se diante de processos contraditórios, complexos e de grandes dificuldades, pois são profissionais que buscam a ampliação de direitos por meio de políticas públicas ou mesmo dos chamados benefícios corporativos – próprios da chamada “cidadania fordista”, os salários indiretos. Não por acaso as participantes destacaram algumas dificuldades que serão pontuadas a seguir e foram separadas didaticamente em dois grupos de temas.

Primeiro grupo: Elementos estruturais e conjunturais que incidem no trabalho das (os) assistentes sociais

Os principais aspectos levantados no encontro são apresentados de maneira pontual: 1) dificuldade de afirmar o espaço ocupacional; 2) falta de autonomia; 3) dificuldade de esclarecer o trabalho do Serviço Social para o empregador e para os empregados; 4) desconhecimento ou preconceito com relação ao trabalho do assistente social confundindo-o com práticas assistencialistas; 5) desconstrução, redução de política de atendimento; 6) rotineiras e práticas preestabelecidas; 7) condição de assalariamento que

remete ao medo do desemprego; 8) gerência sem visão social; 9) falta de espaço para apresentação de propostas; 10) multifuncionalidade e excesso de trabalho; 12) presença da ideologia neoliberal; 13) poucos recursos e mudanças de gestão; 15) dificuldade de sistematizar o trabalho profissional por falta de tempo.

Com relação ao primeiro grupo de elementos apresentados é possível identificar questões antigas da profissão e outras relativamente recentes. A dificuldade de afirmar o espaço sócio ocupacional não possui uma causa específica, mas se refere a vários aspectos: questões da história da profissão e como se instala no imaginário dos contratantes e ainda de um contexto econômico adverso em que se diversificam as formas de dominação, controle e busca do aumento dos lucros e de resultados.

Disso resulta a multiplicidade das demandas institucionais e, em consequência, ações realizadas pelo Serviço Social, em razão das particularidades de cada espaço. Neste contexto, ainda há o desconhecimento de atores institucionais, até o baixo interesse da instituição em investir realmente em ações que favoreçam o trabalhador, pois isso significa o aumento de salário indireto. Ao contrário dos discursos para justificar a adoção e o desenvolvimento de uma política de responsabilidade social, a prioridade empresarial é e sempre será a lucratividade.

Na literatura sobre serviço social em empresas, o conceito de empresa cidadã, problematizado por Cesar (2008), a responsabilidade social é apontada como uma estratégia de gestão empresarial, portanto, busca essencialmente a acumulação travestida de compromisso social voltada para minimizar as mazelas e desigualdades sociais. Muitas(os) assistentes sociais desenvolvem programas e projetos sob a alcunha de responsabilidade social empresarial, enfrentando grandes dificuldades institucionais, pois se embrenham nas contradições postas nesta relação entre a busca da legitimação social por meio da “filantropia empresarial” e a possibilidade de atender as demandas postas pelos usuários “beneficiados”. Ou seja, há projetos em disputa, tanto interna, quanto externa à empresa, que podem explicitar a dimensão coletiva do que se pretende apaziguar por meio de atuações pontuais.

O debate sobre a falta de autonomia foi muito intenso no encontro, reiterando a existência de uma real subordinação do trabalho assalariado, hoje

ampliada pelo aumento do controle e pelo incremento nos modelos de gestão de cunho predominantemente *toyotista* do trabalho e do uso das tecnologias.

O tema da autonomia é recorrente na profissão. Iamamoto ao longo dos anos tem chamado a atenção para “autonomia relativa”, ou seja, a(o) profissional de Serviço Social em seus atendimentos tem possibilidades de escolhas que são norteadas pela competência teórica, política e técnica, mas não possui uma liberdade total e irrestrita para realizar suas tarefas. O que se destaca no estágio atual é a redução das possibilidades objetivas no trabalho profissional diante dos diferentes e sofisticados métodos de controle dos trabalhadores em geral. Com o uso de tecnologias específicas, os empregadores passam a ter recursos para determinar a quantidade de tempo para os atendimentos e, desse modo, burocratizar os processos, interferindo cada vez mais nos objetivos profissionais. Essas mudanças são desenvolvidas pelas organizações, sendo naturalizadas por meio de um trabalho repetitivo e rotineiro, onde a (o) assistente social não faz a distinção entre as atividades da profissão que lhes dão identidade, daquelas que são organizacionais. Fato esse próprio dos diversos espaços sócio-ocupacionais, mas nas empresas os recursos e sofisticação para “modernizar” práticas antigas e conservadoras são inúmeros.

Outra percepção presente no debate foi referente ao preconceito existente com relação ao trabalho da(do) assistente social, que é frequentemente confundido com práticas assistencialistas. Ao longo do debate foi proposta a reflexão sobre “*até que ponto isso é real*”? Ou seja, até que ponto não se trata de uma mera confusão do conceito, mas de uma negação dos direitos dos trabalhadores, própria dos princípios neoliberais e do conservadorismo existente em nossa sociedade que reafirmam os princípios da meritocracia como um valor organizacional.

Desse modo, tudo que se relaciona à busca e ampliação de direito passa a ser desqualificado como “assistencialista” e deve ser combatido. Sobre essa questão não se pode afirmar veementemente, mas é possível pensar sobre ela futuramente para sermos mais propositivos e esclarecedores, buscando recursos institucionais internos e externos para tornar mais nítidas as propostas da profissão. Uma das possibilidades encontra-se em realizar trabalho articulado aos setores pares com suporte da comunicação interna. Como, por exemplo, a

criação de boletins, informativos *online*, usar espaços de jornais e revistas institucionais, realizar campanhas, etc.

Intensificação do trabalho e multifuncionalidade também foram destacadas nas falas das assistentes sociais, como um fenômeno em curso desde os anos 1990 e que vem se agravando ao longo da última década. Esse elemento compromete a qualidade do trabalho, a possibilidade de investimento em estudos e pesquisas, pelo desgaste que essa intensificação pode provocar e comprometer a saúde de quem trabalha nos aspectos físico e mental. Em tempos de descarte de direitos e de outras formas de proteção do trabalhador, os seus corpos e mentes também passam a ser descartados.

Sendo assim, o tema da saúde dos trabalhadores apareceu nesse encontro profissional. Mesmo não sendo uma novidade, novas dimensões têm sido ampliadas atualmente diante da enorme insegurança no emprego, da competitividade e do baixo investimento na área social decorrentes dessa realidade, gerando o que Freire chamou de “carga social” (FREIRE, 2010). Essa denominação busca contemplar aspectos da saúde do trabalhador para além das dimensões psicológicas e biológicas de caráter neoliberal que omitem as determinações sociais da saúde.

Antunes (2018) apresenta um balanço importante dos governos brasileiros nas primeiras décadas do século XXI, auxiliando na compreensão das configurações do trabalho no Brasil, destacando a nova morfologia do trabalho, bem como as novas formas e os modos de ampliar a exploração do trabalho, tendo como aspecto central os processos de terceirização intensificados em todo mundo, sendo no Brasil legalizado para todos os setores de trabalho⁵.

A ampliação do conjunto de contrarreformas trabalhistas instauradas desde a década de 1990, agravadas no governo de Michel Temer (2016-2018) e no estágio atual tendem a ser mais radicalizadas com o governo de Jair Bolsonaro, potencializando retrocessos dos direitos sociais e condições de vida conquistados pela classe trabalhadora.

⁵ Legalização através da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, conhecida como “lei da terceirização”. Esta Lei altera os dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

Segundo grupo: elementos ético-políticos apresentados pelas assistentes sociais

As assistentes sociais destacaram como principais questões encontradas nas empresas onde trabalham: 1) dificuldade de cumprir as exigências do Código de Ética profissional frente aos interesses institucionais; 2) falta de controle sobre o próprio processo de trabalho; 3) colegas que não se percebem como parte da categoria; 4) subordinação a uma gerência que busca o controle da informação buscando interferir no sigilo profissional; 5) contradição entre a identidade profissional e a realidade social.

Este segundo grupo de temas está relacionado ao primeiro, sendo igualmente importante e desafiador. Sobre o primeiro aspecto, as profissionais apontaram a falta de salas para atendimento, e quando o trabalho é interdisciplinar com atendimento em casa, não se sentem a vontade para conversar com os(as) trabalhadores(as) atendidos(as), uma vez que os sistemas compartilhados nem sempre garantem a segurança da informação. Apesar disso, o que algumas participantes classificaram como dificuldades de cumprir as exigências éticas, estas pareceram confundir-se com os princípios éticos, diante do contexto de retrocesso dos direitos.

A falta de controle dos próprios processos de trabalho se dá ao mesmo tempo na medida em que há o aumento do domínio por parte dos gestores. O grupo debateu intensamente como que determinados argumentos democráticos da gestão moderna não se realizam no cotidiano profissional, mas ao contrário, se tornam cada vez mais antidemocráticos no contexto de precarização do emprego. A figura do gerente controlador das atividades profissionais e, também, da vida privada da(os) trabalhadoras(es) parece não ter sido abandonada e convive concomitante com as atividades práticas ditas modernas, flexíveis, participativas e menos hierárquicas.

Conforme mencionado pelas participantes: “as colegas não se percebem como categoria”. Esse dado empírico revela a fragilidade política não só da categoria profissional de assistentes sociais, como também dos (as) demais trabalhadores (as) no contexto do capitalismo atual.

Essa percepção do grupo se refere às transformações no mundo do trabalho fartamente discutidas por Antunes (1995), que debate como a relação

capital, trabalho e Estado expressa esse reordenamento social, após a crise dos anos 70, assinalado nas reformulações impostas quanto à organização e exploração da força de trabalho quanto na regulação formal dessas relações. Com isso, se tem em curso uma imposição aos trabalhadores de um discurso recorrente e formas de gestão que consideram a cooperação entre trabalhadores e empregadores como algo necessário. Essa é uma forma de indução ideológica para adoção pelos trabalhadores dos ideários e propósitos do capital.

Essa reflexão é fundamental para evitar análises parciais dos processos de trabalho, pois assistentes sociais são profissionais que vendem a força de trabalho para obter sobrevivência e, portanto, não são imunes aos mecanismos ideológicos de dominação e controle existentes. Como forma de se contrapor, está posta a necessidade de se comporem espaços coletivos que possibilitem desvendar essas tramas.

Possibilidades apontadas pelas profissionais

Mesmo diante de um cenário adverso, nesse debate foram destacadas algumas possibilidades profissionais para o fortalecimento dos objetivos profissionais. As participantes destacaram: a necessidade de reflexões coletivas de assistentes sociais para articulação com todos os demais segmentos de trabalhadores de empresas; buscar meios de divulgação e propagação do trabalho para dar visibilidade às ações desenvolvidas; contribuir para o atendimento das demandas dos(as) trabalhadores(as) com relação às condições de trabalho; negociar com os gestores para uma atuação mais efetiva nos programas e projetos de qualidade de vida e saúde preventiva; buscar sempre que possível atuar numa perspectiva multiprofissional e intersetorial nas equipes de saúde; atuar nas comissões de saúde; mensurar os resultados do trabalho; ampliar os campos de atuação propondo programas e projetos que desenvolva os temas de gênero e diversidade; colaborar na ampliação do acesso a informação e direitos.

Essas ações apontadas como possibilidades para os assistentes sociais não podem ser vistas como algo vago ou inatingível, possuem uma dimensão concreta e objetiva, fundada nas bases teóricas e ético-políticas da profissão e da sua essencialidade interventiva.

Sem desconsiderar a condição de trabalhador, as (os) assistentes podem ressignificar as demandas e requisições que chegam, aprimorando-as para uma qualificação de seu trabalho, caso contrário seremos meros burocratas, correndo risco de substituição por profissionais técnicos capazes de inserir dados em sistemas pré-estabelecidos.

Considerações finais

O texto desenvolvido a partir do material sistematizado da participação das assistentes sociais no seminário indica ser importante para as(os) assistentes sociais o reconhecimento do seu trabalho na área empresarial, pois tem sido historicamente um espaço socio-ocupacional onde a(o) assistente social trabalha com e como trabalhador(a) no seu processo de trabalho. Essa particularidade o difere de outras áreas e possibilita à(ao) profissional estar perto dos processos de trabalho desempenhado pelos sujeitos atendidos, exigindo aprimoramento constante para evitar que suas funções se tornem rotineiras e destituídas dos conteúdos centrais da profissão. É fundamental ter nítido os nossos objetivos profissionais nas instituições para desempenhar bem as funções que nos cabem e desenvolver argumentos consistentes para a sua manutenção, bem como para recusar o que não nos cabe realizar. Sendo assim, é importante compreender como as empresas organizam as suas demandas e apesar de possíveis variações do modo de exercer a profissão, revitalizar os nossos compromissos ético e políticos e atribuições privativas devem ser nossa precípua direção.

Discutir sobre o trabalho profissional, os diferentes limites e desafios de forma coletiva nos fornece possibilidades de pensar a superação de boa parte das dificuldades encontradas no cotidiano profissional. Por isso, a Comissão Temática de Empresa tem se esforçado para a realização de seminários e manutenção de encontros temáticos para auxiliar os profissionais no exercício da troca de experiências e conhecimentos importantes para o trabalho nas empresas diante da multiplicidade de demandas que se apresentam nos espaços ocupacionais.

Nesse caso, faz-se necessário identificar alternativas e estratégias no cotidiano de trabalho que possibilitem o debate sobre identidades e unidade da

classe trabalhadora, que se relacionam com a necessidade de organização política enquanto categoria, dentre as quais através dos Conselhos Regionais e, enquanto classe, em espaços mais amplos de organização da classe trabalhadora, como nos sindicatos.

A Comissão Temática de Empresa não possui condições objetivas para atender todas as demandas profissionais de capacitação e debates, mas certamente as trocas promovidas nesse espaço favorecem a construção de possibilidades de outras aproximações e análises de todas essas questões postas no cotidiano do trabalho. Essas atividades coletivas permitem a ressignificação de alguns relatos sobre as condições e relações de trabalho, que passam a contemplar também a perspectiva histórica de classe. Por fim, também avaliamos que as atividades desenvolvidas no meio acadêmico favorecem o aprimoramento profissional auxiliando no fortalecimento de todos os envolvidos, além de estimular que haja interesse em se realizar mais estudos e pesquisas sobre esse campo de atuação profissional.

Profissionais de Serviço Social possuem competência e conhecimento para resistir aos ataques aos direitos sociais, sobretudo os que buscam o fortalecimento na coletividade, como tem sido o caso desta Comissão Temática. É sabido que as condições socialmente determinadas nos impedem de muitas coisas, mas a história é imensamente rica para ter apenas uma resposta.

Referências

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. O privilégio da Servidão. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOTÃO GOMES, M. R. **As condições de trabalho, propostas e desafios para o serviço social nas empresas de consultoria**. 2010. 153 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

_____. Consultoria Social nas empresas: entre a inovação e a precarização silenciosa do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 122, p.357-380, 2015b.

_____. Serviço Social e “consultoria” de programas de assistência ao empregado. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XXI, n. 42, p. 337-356, set./dez. 2018.

_____. **Serviço social e consultoria empresarial: uma possibilidade de intervenção crítica?** 2015. 171 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015a.

BRASIL. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília (DF), 2017.

CARDOSO, I. C.; FRANCISCO, V. M. E. Velhas moedas com novo valor: remuneração e benefícios na moderna empresa capitalista. In: MOTA, A. E. **A nova fábrica de consensos**. Ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.

CESAR, M. J. **Empresa cidadã**. Uma estratégia de hegemonia. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Serviço Social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: MOTA, A. E. (Org.). **A nova fábrica de consensos**. Ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.

COSTA, D.C.T., PEREIRA, D.N., ZANETTI, M.P.. A experiência e as reflexões sobre uma comissão de empresa no Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro. 15º CBAS. Recife: 2016.

DOHER, Ilma. O Serviço Social em empresas para além da crítica: espaços de enfrentamento e atuação profissional. **E-papers**. 2015.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

FREIRE, L. M. B. **O Serviço Social na reestruturação produtiva**. Espaços, programas, direções e processos do trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

GIAMPAOLI, M. C. **Contingências no trabalho do assistente social em empresas: o caso das consultorias empresariais**. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2013.

LINHART, D. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. Vol. III. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOTA, A. E. **O Feitiço da Ajuda**: as determinações do Serviço Social na empresa. São Paulo: Cortez, 1991.

MOTA, A. E.; AMARAL A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). **A nova fábrica de consensos**. Ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.